

## Seminário na Fiesp debate avanços em sustentabilidade no Brasil e União Europeia

Organizações empresariais enfrentam mudança de cultura que requer ações proativas, assegurando competitividade

Na abertura do seminário Responsabilidade Social e Sustentabilidade: experiências Brasil e União Europeia, realizado na Fiesp, João Ometto, vice-presidente da Fiesp destacou a importância da realização do seminário neste momento, em função da recente adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) ocorrida na Cúpula das Nações Unidas, em setembro, e a realização da 21ª Conferência das Partes (COP21) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), em Paris, na França.

João Gomes Cravinho, embaixador da União Europeia (UE), reforçou que o tema ultrapassa fronteiras e afeta a todos. Por isso, deve unir sociedade, governo e empresas, em seus princípios básicos de boa convivência, para não se trilhar o caminho do conflito.

Nelson Pereira dos Reis, diretor titular DMA, pontuou que, nesse sentido, para o empresariado, o futuro vem acompanhado de ações proativas e ligadas à sustentabilidade, garantindo, inclusive, sua competitividade.

Gracia Fragalá, diretora titular do Comitê de Responsabilidade Social (Cores) da Fiesp destacou a importância do papel das organizações empresariais no desenvolvimento sustentável, com o incentivo às boas práticas e à minimização das desigualdades.

A embaixadora Débora Salege, chefe do escritório de representação do Ministério de Relações Exteriores (MRE) em São Paulo enfatizou que muitas empresas brasileiras já possuem alto índice de sustentabilidade, com indicadores como a ISO 18000.

Thomaz Zanotto, diretor de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Fiesp (Derex), reforçou que o mundo evolui rapidamente para novos padrões de governança global, e o consumidor exige sustentabilidade dos produtos.



Mesa de abertura do seminário Responsabilidade Social Corporativa e Sustentabilidade, na Fiesp.

Fonte: Agência Indusnet Fiesp – editado.

## Novo acordo de Paris induz os países a reverem suas políticas energéticas

A COP21, realizada em Paris dos dias 30 de novembro ao dia 11 de dezembro, pode ser considerada uma das mais importantes conferências sobre mudança do clima nos últimos 20 anos, ao aprovar um novo acordo internacional sobre o clima com o objetivo de manter o aquecimento global abaixo dos 2°C, envolvendo os 195 países Partes da Convenção Quadro de Mudança do Clima. Além disso, colocou todos os países signatários sob o mesmo nível de responsabilidade frente às mudanças que vem ocorrendo, quebrando o paradigma que segregava as nações em dois grandes blocos: os ricos e os pobres.

Ressalta-se que apesar de todos terem o mesmo nível de responsabilidade, o acordo está vinculado às respectivas

capacidades nacionais em enfrentar este momento de tomada de decisões. Outro ponto relevante é que o "Acordo de Paris" traz regras que ao serem adotadas irão obrigar todos a reverem suas políticas energéticas, pois o caminho em direção a economia de neutralização de carbono é necessária e urgente. Inovação tecnológica e mudança de paradigmas nos hábitos de consumo são caminhos para o alcance de uma economia de baixo carbono.

Para maiores informações acesse o [hotsite www.climaemdebate.com.br](http://www.climaemdebate.com.br)

# Representante da Cetesb explica gerenciamento de áreas contaminadas

Elton Gloeden, gerente do Departamento de Áreas Contaminadas da Cetesb, realizou apresentação sobre áreas contaminadas no Conselho de Meio Ambiente (Cosema) da Fiesp em que afirmou que boas práticas preventivas levam à redução dos casos de contaminação e mencionou a importância do avanço da lei estadual 13.577 de 2009, para o reaproveitamento de áreas contaminadas. O decreto 59.263 de 2013, que

regulamentou a lei, trouxe algumas novidades, sendo que a prevenção é evidenciada nos artigos 22 e 27 do referido decreto. Informou também que há uma descrição detalhada das etapas a serem executadas na investigação confirmatória e considera que houve grande melhora na explicação sobre a avaliação de risco, com a ressalva de que as metodologias ainda são novas, e vai ser necessário diálogo para facilitar o entendimento da questão.

Para o gerente, a abordagem de redução de riscos é mais correta que a de recuperação total, por isso a relevância da graduação. Muitas vezes é possível a recuperação da área de forma completa, sendo nesses casos emitido termo pela Cetesb atestando a condição adequada do solo, porém há casos em que essa recuperação não é possível, por motivos técnicos, econômicos ou sociais. Nesses casos, após um processo extenso de avaliação em que seja determinado que os contaminantes não oferecerem riscos, a área é considerada reabilitada para o uso. “Isso é muito importante para sanar dúvidas – inclusive levantadas pelo Ministério Público ao solicitar a recuperação total, com o que a Cetesb não concorda, por ser inviável em muitos casos”, afirmou Elton.

A Cetesb prepara nova Decisão de Diretoria (DD) sobre gerenciamento de áreas contaminadas, em substituição à DD Nº 103/2007/C/E de junho de 2007, que está em tramitação e que deverá ser publicada no início de 2016.



Foto: Helcio Nagamine/Fiesp

Reunião do Cosema com a participação de Elton Gloeden, gerente do Departamento de Áreas Contaminadas da Cetesb.



## 22º PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

**Participe e mostre que o amanhã já chegou!**

Este ano, o Prêmio traz uma novidade: o Destaque Responsabilidade Socioambiental, que contemplará projetos com apoio às comunidades locais e incentivo aos colaboradores.

**Inscreva seu projeto e tenha suas ações reconhecidas!**

## Retrospectiva 2015

### Campanha Água na Medida

Em 2015, com a intensificação da crise hídrica em São Paulo, entre outras ações, o presidente da Federação e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp/Ciesp), Paulo Skaf, decidiu lançar no dia 05 de março de 2015 a Campanha Água na Medida, que incentiva o uso de redutores de vazão pela população, sendo possível obter, em média, uma diminuição da vazão em até 50%.

A campanha distribuiu 1 milhão de kits de redutores, compostos por quatro anéis plásticos para torneiras de meia polegada, totalizando 6 milhões de unidades.

Os kits restantes estão sendo distribuídos pelos Ciesps e Sebrae em suas regionais no interior do Estado.



**ÁGUA NA MEDIDA**

A INDÚSTRIA ESTÁ FAZENDO A PARTE DELA. E VOCÊ, JÁ FEZ A SUA?

FIESP CIESP

INDÚSTRIA ESTÁ FAZENDO A PARTE DELA. E VOCÊ, JÁ FEZ A SUA?

Saiba como colaborar com a redução do consumo de água em: [www.fiesp.com.br/agua-na-medida](http://www.fiesp.com.br/agua-na-medida)

#### Número de kits distribuídos

Indústrias	346.100
Casas/Condomínios residenciais	12.605
Fóruns Ambientais	10.150
Escolas/Faculdades	19.800
Feiras/eventos	151.290
Sindicatos	11.650
Prefeituras	35.800
Órgãos públicos	18.810
Outras Entidades	29.800
Polícia Militar do Estado	24.100
Distribuição Av. Paulista	200.000
SEBRAE	150.000
<b>Total</b>	<b>1.010.105 kits</b>

### 17ª Semana de Meio Ambiente Fiesp/Ciesp

Em sua 17ª edição, a Semana de Meio Ambiente foi realizada em junho em parceria com o Instituto Life, Fapesp, Comitê de Responsabilidade Social da Fiesp e BioBrasil Fiesp.

O evento reuniu diretores da entidade, autoridades e especialistas, dentre estes, Bráulio Dias, Secretário-executivo da ONU, Patrícia Faga Iglecias, Secretária de Meio Ambiente de São Paulo, Raquel Breda, diretora do Departamento de Produção e Consumo Sustentáveis do Ministério do Meio Ambiente, Beatriz Carneiro, coordenadora geral do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC) e Miguel Milano, presidente do Conselho diretor do Instituto Life.

### Seminário de Segurança Hídrica

Em comemoração ao Dia Mundial da Água, foi realizado, em março, o seminário com objetivo de apresentar esclarecimentos e analisar soluções para o enfrentamento da crise hídrica no Estado de São Paulo.



O evento contou com a participação de Rafael Cervone Netto, primeiro vice-presidente do Ciesp, Carlos Augusto Gadelha, Secretário do Desenvolvimento da Produção do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Antonio Félix Domingues, gerente-geral de Articulação e Comunicação da Agência Nacional de Águas (ANA), Jerson Kelman, presidente da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), Marlos de Souza, diretor da Sustainable Limits Adjustment Policy and Planning Division da Austrália e diretores da entidade.

### Entrega do 10º Prêmio de Conservação e Reúso de Água

Na sequência do seminário ocorreu a cerimônia de entrega do 10º Prêmio de Conservação e Reúso de Água.



Nessa edição, 17 empresas inscreveram-se no Prêmio. As vencedoras foram CRS Brands Indústria de bebidas (Média e Grande) e Metalúrgica Inca (Micro e Pequena).

## Retrospectiva 2015

### Entrega do 21º Prêmio Fiesp de Mérito Ambiental

Na 17ª Semana de Meio Ambiente ocorreu a solenidade do 21º Prêmio Fiesp de Mérito Ambiental. Participaram dessa edição 24 empresas.



A vencedora foi a Baxter Hospitalar (Média e Grande) e as empresas Grenn do Brasil e GED – Inovação, Engenharia e Tecnologia (Micro e Pequena) receberam menções honrosas.

### Fórum Econômico Brasil-França

No 3º Fórum Econômico Brasil-França, realizado em junho, na Fiesp, os especialistas debateram a economia e o papel das empresas na luta contra as mudanças



do clima considerando a proximidade da COP 21. O evento contou com a participação de Nelson Pereira dos Reis, vice-presidente da Fiesp, Thomaz Zanotto, diretor do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior (Derex) da Fiesp, Jean Burelle, presidente do Movimento Empresarial da França (Medef), Claude Risac, diretor de relações externas do Grupo Casino, Christian Stoffäes, presidente do Conselho de Análise Econômica Franco-Brasileira e Damien Loras, Cônsul Geral.

### Seminário Disponibilidade Hídrica para a Indústria – Quantidade, qualidade e outorga

Em outubro e novembro, por meio dos Grupos Meio Ambiente das diretorias regionais do CIESP, foram realizados os seminários "Disponibilidade Hídrica para a Indústria: Quantidade e Qualidade" e divulgação do 11º Prêmio de Conservação e Reúso de Água em parceria com o SEBRAE. Foram apresentados o panorama da disponibilidade hídrica nas bacias locais e no estado de São Paulo no sentido de subsidiar o setor produtivo quanto ao planejamento estratégico a curto, médio e longo prazo e os posicionamentos da indústria frente a crise hídrica.

Os eventos ocorreram nos municípios de São José do Rio Preto, Limeira, Campinas, Jundiaí, Jaú, Presidente Prudente, Marília, Jacareí, Ribeirão Preto e São Bernardo do Campo.

### Ecogerma 2015

Evento realizado pela Câmara Brasil-Alemanha em parceria com a Fiesp nos dias 30 de setembro e 01 de outubro. O Congresso, que é realizado desde 2009, teve como foco os temas de água e a energia. Durante o evento também foram conhecidos os agraciados com o Prêmio von Martius de Sustentabilidade, reconhecendo e premiando cases em três categorias: natureza, tecnologia e humanidade.

### Conferência Global de Padrões de Sustentabilidade

O evento foi realizado em setembro em parceria com a ISEAL Alliance, Secretaria de Assuntos Econômicos da Suíça (SECO) e o Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Governo Inglês e reuniu especialistas de diversos países para debater padrões de sustentabilidade.



### Mesa Redonda – A nova Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo e o futuro da indústria no município de São Paulo

A mesa redonda promovida pela Fiesp e pelo Ciesp em novembro teve como objetivo debater o impacto da legislação de parcelamento e uso do solo no setor produtivo do município de São Paulo.



Participaram dos debates Ricardo Nunes – Vereador (PMDB); Paulo Frange – Vereador (PTB); Fernando de Mello Franco – Secretário de Desenvolvimento Urbano do Município de São Paulo; Nelson Pereira dos Reis – Diretor do Departamento de Meio Ambiente Fiesp/Ciesp; e Luciana Freire – Diretora Executiva Jurídica da Fiesp.

## Retrospectiva 2015

### Lançamento da norma ABNT NBR ISO 14001:2015 – em parceria com a ABNT e Sebrae

Evento promovido pela Fiesp em novembro contou com a participação de Haroldo Mattos de Lemos, superintendente do Comitê Brasileiro de Gestão Ambiental da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que apresentou nova norma ABNT NBR ISO 14001 2015, que define os requisitos para implantar o sistema da gestão ambiental. O evento teve como objetivo informar e esclarecer os empresários sobre as mudanças na nova versão da norma e o processo de transição para sua implementação.

A Fiesp elaborou um documento que apresenta os pontos principais da nova versão da norma ISO 14001.

A publicação está disponível em:

<http://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/iso-140012015-saiba-o-que-muda-na-nova-versao-da-norma/>.



## Capacitações

### Workshop “Tecnologias e processos inovadores no setor industrial”

A oficina de capacitação realizada em julho com especialistas do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) teve como foco opções de mitigação de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE).



O treinamento tratou de metodologia para “Mapeamento de Tecnologias de Baixo Carbono” e “Construção de Cenários de Baixo Carbono” nos segmentos industrial e energético e integrou as ações do projeto que mobiliza 11 setores-chave, bem como ministérios com vistas ao esforço do país quanto a mudança climática, na indústria, energia, transportes, edificações, LULUCF (Uso da Terra, Mudança de Uso da Terra e Florestas), gestão de resíduos e outras alternativas intersetoriais. O projeto está sendo implementado em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

A Segunda etapa da iniciativa do projeto do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) foi realizada em agosto, com objetivo de debater sobre a pesquisa e o desenvolvimento, em diferentes segmentos, sobre processos que direta ou indiretamente auxiliarão na redução de emissões de GEE nas próximas décadas. No encontro, participaram representantes dos setores de

alimentos e bebidas, cerâmica, cimento, ferro-gusa e aço, ferro-ligas, metais não-ferrosos, mineração, papel e celulose, químico e petroquímico e têxtil.

### Capacitação para elaboração de inventários de Gases de Efeito Estufa (GEE)

A capacitação foi realizada em maio em parceria com a CNI. O curso foi ministrado pela equipe do Centro de Sustentabilidade da FGV (GVces) com foco na elaboração de inventários corporativos de gases de efeito estufa. A capacitação obteve mais de 200 pessoas inscritas.



### Capacitação Cadastro Técnico Federal em parceria com o Ibama

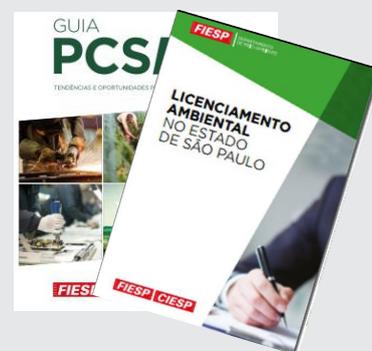
Em 2015, foram realizados treinamentos para que profissionais das indústrias tirassem suas dúvidas de como preencher o Cadastro Técnico Federal - CTF e regularizar suas atividades junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. Os treinamentos ocorreram em 9 regionais do Ciesp (Oeste na RMSp, Guarulhos, Diadema, Jundiaí e Sorocaba, Limeira, Jacareí, Ribeirão Preto e Cotia) com a participação de 326 profissionais de 273 empresas.

## Retrospectiva 2015

# Materiais Institucionais

Em 2015, com objetivo de contribuir com a gestão ambiental de atividades do setor industrial, elaboramos diversos materiais institucionais de cunho informativo que foram disponibilizados para acesso gratuito no site e distribuídos nos diversos eventos que participamos ao longo do ano.

- **Calendário de Obrigações Ambientais.**
- **Folders dos Regulamentos da 22ª Edição do Prêmio Fiesp de Mérito Ambiental e da 11ª Edição do Prêmio Conservação e Reuso de Água.**
- **Folder Gerenciando a Escassez de Água na Indústria.**
- **Cartilha de Licenciamento Ambiental.**
- **White paper ISO 14001: Saiba o que muda na nova norma.**
- **Guia de Produção e Consumo Sustentáveis: tendências e oportunidades para o setor de negócios.**



Os materiais estão disponíveis no site: <http://www.fiesp.com.br>

## Atuação

Fórum / n. de participações	
Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs)	395
Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH)	57
Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH)	17
Confederação Nacional da Indústria (CNI)	36
Grupos de Meio Ambiente das Regionais do Ciesp	23
Atendimento a Sindicatos	41
Atendimento a Sindicatos + plenárias CAIP	48

Para obter mais detalhes sobre os temas ambientais discutidos em 2015 pela Fiesp e Ciesp, bem como sobre as atividades desenvolvidas pelo DMA, consulte no site da Fiesp as edições anteriores do Informe Ambiental.

## Acompanhamento legislativo

Leis, decretos, portarias, resoluções, instruções normativas promulgados em 2015

Âmbito Federal 55	+	Âmbito Estadual 60	=	Total 115
----------------------	---	-----------------------	---	--------------

Pls EM ANÁLISE E ACOMPANHAMENTO PELO DEPARTAMENTO: TOTAL 347

Áreas Contaminadas	11
Licenciamento Ambiental	11
Produção e Consumo Sustentável	04
Resíduos Sólidos	233
Energia	03
Poluição Atmosférica	01
Recursos Hídricos	21
Patrimônio Genético e Biodiversidade	02
Proteção à fauna e à flora	10
Outros	51



PORTAL  
**CLIMA  
EM DEBATE**

Conheça o trabalho realizado pela Fiesp em prol do meio ambiente e do clima:  
<http://www.climaemdebate.com.br/>

## Presidente do Ibama defende autolicenciamento ambiental das empresas

A presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Marilene Ramos, defendeu o autolicenciamento ambiental das empresas, com fiscalização posterior. Ela participou do lançamento do documento "Proposta da Indústria para o Aprimoramento do Licenciamento Ambiental: Setor Elétrico", que contém 19 proposições para modernizar e agilizar o processo de obtenção de licenças ambientais. As propostas foram elaboradas pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pelo Fórum de Meio Ambiente do Setor Elétrico.

Marilene Ramos afirmou que o país precisa encontrar o caminho do meio, entre o setor produtivo que quer construir e ambientalistas que não querem empreendimento algum. Segundo ela, no próximo ano, deverão ser criados os primeiros manuais de licenciamento ambiental para aprimorar a liberação de licenças com objetivo de melhoria e mais agilidade no processo de licenciamento.

O estudo da CNI e do fórum é resultado de levantamento feito em 2015 com 92 hidrelétricas de 21 estados, com processos de licenciamento iniciados entre 1988 e 2014, que estão em diversos estágios, desde a fase de apresentação de estudos ambientais até a etapa de renovação da licença de operação. O presidente do Fórum do Meio Ambiente do Setor Elétrico, Alexei Vivan, explica

que o documento reúne 19 propostas, como ter um balcão único de licenciamento, que una os órgãos licenciadores e intervenientes para definir o que será exigido.

"As mudanças das exigências no meio do processo acabam encarecendo o investimento. Traz a necessidade de um preço maior na energia que vai ser vendida por esse empreendimento", disse. "A proposta dá mais segurança jurídica para o empreendedor, ou seja, quando ele participa do leilão, já tem clara noção do que vai precisar fazer do ponto de vista ambiental para que o empreendimento se realize. Portanto, vai ter uma noção do preço. Hoje, o valor às vezes duplica e o prazo de conclusão ninguém sabe qual é", completou Alexei Vivan.

No lançamento do documento, o secretário executivo adjunto do Ministério de Minas e Energia, Edvaldo Luís Rizzo, disse que os gastos com questões ambientais e sociais podem superar 15% do custo total da obra, a depender do porte dos empreendimentos. Para o secretário, é preciso criar um ambiente regulatório previsível e ágil, sem descuidar da proteção ao meio ambiente. "Precisamos das usinas, das linhas de produção para continuar crescendo", disse.

Fonte: Agência Brasil - editado.

## Três setores renovam acordo para logística reversa

Os setores de filtros automotivos, óleo comestível e embalagens de agrotóxicos renovaram, em 21 de dezembro, os acordos sobre a logística reversa de seus produtos com a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo e a Companhia Ambiental do Estado (Cetesb). Pelo setor de óleos comestíveis, assinaram os novos Termos de Compromisso de Responsabilidade Pós-Consumo a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) e o Sindicato da Indústria de Óleos Vegetais e seus Derivados no Estado de São Paulo (Sindóleo). O Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (InpEV) e a Associação Nacional de Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários (Andav) renovaram o compromisso do setor de embalagens de agrotóxicos. E a Associação

Brasileira das Empresas de Filtros e seus Sistemas Automotivos e Industriais (Abrafilros) assinou o compromisso do setor de filtros automotivos. As assinaturas são resultado da Resolução SMA nº 45/2015, que define novas diretrizes para implementação e operacionalização da responsabilidade pós-consumo no estado. A normativa atualizou determinações da Resolução SMA nº 38/2011, que promoveu os primeiros Termos de Compromisso de Responsabilidade Pós-Consumo com o setor privado.

Fonte: <http://www.ambiente.sp.gov.br>, consultado em 22 de dezembro de 2015.

## Reciclagem de lata de alumínio bate novo recorde mundial

O Brasil reciclou 289,5 mil toneladas de latas de alumínio para bebidas em 2014, representando crescimento de 12,5% em relação ao ano anterior. Os dados, divulgados pela Abralatas e pela Associação Brasileira do Alumínio (Abal), representam novo recorde no país e mantêm o Brasil na liderança mundial, com índice de reciclagem de latas de alumínio para bebidas atingindo 98,4%. O

levantamento apontou ainda que foram recicladas no ano passado cerca de 22,9 bilhões de embalagens, o que corresponde a 62,7 milhões de latas por dia, ou 2,6 milhões a cada hora.

Fonte: <http://www.abralatas.org.br>, consultado em 19 de janeiro de 2016.

# Programa de reciclagem pode gerar 285 mil empregos no país

A necessidade de atualizar a atual frota de veículos no Brasil está unindo sindicatos patronais e de trabalhadores que atuam em toda a cadeia produtiva em torno do Programa de Sustentabilidade Veicular (PSV). Desenvolvido por 19 entidades do setor automobilístico e em avaliação pelo governo federal, o programa visa retirar de circulação veículos leves com mais de 15 anos e caminhões e ônibus com mais de 30 anos de uso. Segundo entidades ligadas ao projeto, a medida pode gerar um acréscimo de até 500 mil veículos novos vendidos por ano no país e ajudar na recuperação do setor, que teve queda de 26,6% nos emplacamentos em 2015. Os proprietários poderão deixar os veículos velhos em uma rede autorizada

de unidades de reciclagem veicular. Em troca, o cliente receberá uma carta de crédito para abater no valor de compra de veículos novos ou seminovos (com menos de 15 anos). A estimativa é que o aquecimento econômico provocado pela medida gere 285 mil empregos em toda a cadeia produtiva. O PSV foi apresentado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Em nota, a pasta confirma que “está estudando propostas”, mas declara que “não há definição” sobre prazos de implantação.

Fonte: <https://www.tribunadabahia.com.br>, consultado em 19 de janeiro de 2016.



## 11º PRÊMIO DE CONSERVAÇÃO E REÚSO DE ÁGUA

Em tempos de escassez de recursos hídricos, incentivar e promover boas práticas de uso eficiente de água é valorizar a vida.

Há mais de 10 anos, o Prêmio de Conservação e Reuso de Água incentiva o consumo consciente deste recurso em empresas de todos os portes.

**SOLENIDADE DE PREMIAÇÃO - 23 DE MARÇO DE 2016**

# Fóruns Ambientais

## Federais

### Compras Públicas Sustentáveis

O GT da CNI se reuniu para alinhamento da posição da indústria sobre a futura norma de Compras Sustentáveis.

A Comissão Especial de Estudos sobre Compras Sustentáveis (ABNT/CEE 277) se reuniu em dezembro para discussão sobre a futura norma.

### Associação Brasileira de Engenharia Sanitária (ABES)

Reunião de Planejamento 2016 da Câmara Técnica de Resíduos Sólidos (CTRS) da ABES teve como pauta, entre outros assuntos, a apresentação das atividades da ABES-SP e temas de interesse para 2016.

## Estaduais

### Conselho de Recursos Hídricos (CRH)

#### Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CTAS)

Na reunião foram apresentadas as situações das atividades dos GTs Nitrato e Poços, o balanço das atividades do ano de 2015 e elaborada a proposta de trabalho para o ano de 2016.

#### Reunião Plenária

Reunião plenária do CRH em que foram discutidas e aprovadas as deliberações que dispõem da aplicação dos recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) 2016; calendário eleitoral do segmento sociedade civil; revisão dos critérios e procedimentos do processo da cobrança pelo uso dos recursos hídricos pelos CBHs; e aprovação da minuta de Anteprojeto de Lei que dispõe sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos, e proposta de alteração da lei 7663/91.

#### Câmara Técnica de Planejamento (CT-Plan)

A CT-Plan se reuniu com o GT-Enquadramento para discussão dos assuntos abordados no evento realizado em Brasília/DF sobre enquadramento de corpos d'água.

### Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema)

Reunião plenária do Consema para discussão sobre logística reversa na área de medicamentos e a questão dos resíduos da construção civil. Na ocasião também foi apreciado o Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) das "Obras de Implantação de Aterro Sanitário da Central de Tratamento de Resíduos-CTR Palmeiras", em Piracicaba/SP.

### Área de Proteção Ambiental (APA) – Corumbataí, Botucatu e Tejuapá – Perímetro Botucatu

### Grupo Técnico Multidisciplinar Agroquímicos e Transgênicos

Na reunião do GT debateram-se as apresentações feitas durante a mesa redonda sobre organismos geneticamente modificados – OGMs.

### Área de Proteção Ambiental (APA) - Corumbataí, Botucatu e Tejuapá - Perímetro Tejuapá

Na reunião do conselho gestor foi apresentada a palestra "Identificação e levantamento da Mastofauna por meio de vestígios na APA Tejuapá", além dos informes gerais da presidência.

### Área de Proteção Ambiental (APA) Piracantareira

#### Reunião Plenária

Reunião em que foi discutido o processo de renovação do Conselho Gestor Unificado das APAs Piracicaba/Juqueri-Mirim Área II, Sistema Cantareira e Represa Bairro da Usina – biênio 2016/2017, bem como apresentado os resultados da gestão 2013/2015.

### Grupo de Trabalho – Barragens Duas Pontes e Pedreira

O Grupo de Trabalho se reuniu para elaborar o parecer técnico referente ao EIA/RIMA do empreendimento Barragens Duas Pontes e Pedreira, este documento será apresentado e definido na próxima reunião do Conselho Gestor Unificado das APAs.

## Municipais

### Audiência Pública – Prefeitura Municipal de Marília

Em 17 de dezembro, o DMA representando o Ciesp Alta Paulista participou da audiência pública realizada pela prefeitura municipal de Marília sobre a concessão do DAEM – Departamento de Água e Esgoto de Marília. Nessa audiência foram apresentados o edital de licitação e realizados questionamentos sobre o processo licitatório.

## Comitês de bacias hidrográficas

### Assuntos em pauta nos CBHs

#### Revisão do Plano de Bacias

Os comitês do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP) e (CBH-PS) discutiram proposta metodológica para ajuste do prognóstico e do plano de ações.

## Processo eleitoral

Em reunião plenária foi deliberado o prognóstico do Plano Integrado de Recursos Hídricos do Comitê do Paranapanema e apreciada a deliberação que dispõe sobre o edital de convocação ao processo eleitoral para a composição do comitê, mandato quadriênio 2016-2020. Na ocasião também foram aprovados plano de trabalho e agenda de atividades 2016.

## Redução da vazão

O Grupo de Trabalho de Operações Hidráulicas (GTOH) do comitê do Rio Paraíba do Sul (Ceivap) discutiu a proposta de redução das vazões na saída do reservatório do Jaguarí de 8 m<sup>3</sup>/s para 4 m<sup>3</sup>/s. Na reunião, os usuários do trecho afetados pela redução, solicitaram que esta redução fosse realizada de forma gradual.

## Cobrança pelo Uso da Água - Prorrogação do Ato Convocatório

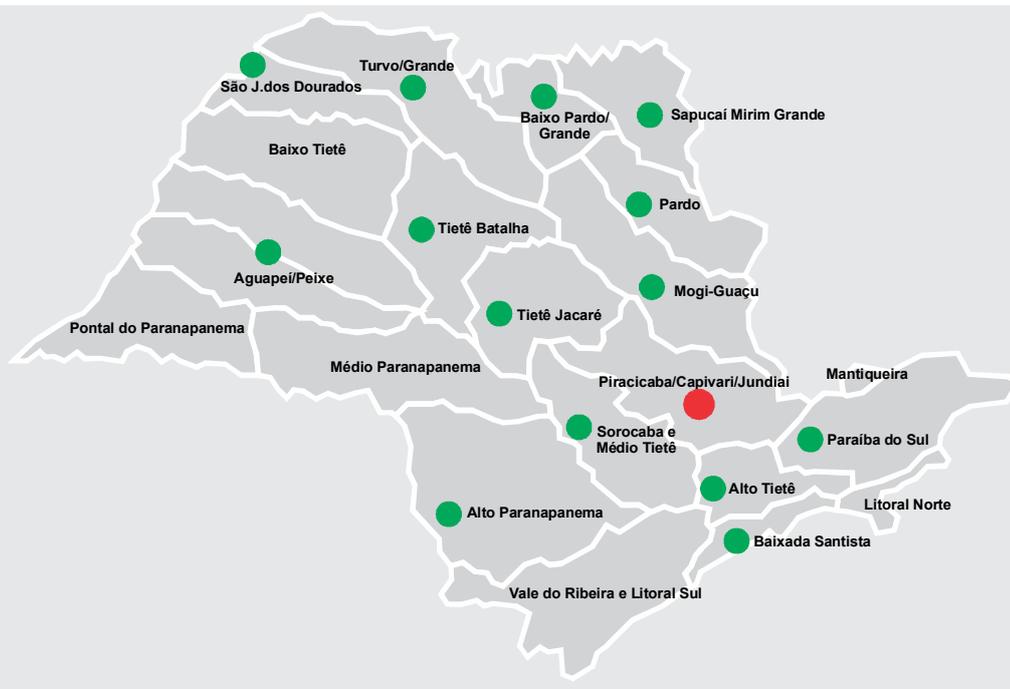
Em dezembro a Secretaria Executiva do Comitê Baixo Pardo/Grande (CBH-BPG) prorrogou o início da implantação da cobrança no comitê até março de 2016, quando será efetivado novo Ato Convocatório para os usuários.

## Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental/Sabesp

A SABESP apresentou aos comitês da Baixada Santista e do Alto Tietê o Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (Eia/Rima) de reversão das águas do Ribeirão Sertãozinho (tomador do Rio Itapanhaú) para o reservatório do Município de Biritiba Mirim, do Sistema produtor do Alto Tietê, visando o abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo.

## Reuniões Plenárias

Em dezembro os comitês indicados no mapa, além do comitê Federal Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ) realizaram reuniões plenárias para deliberação da aprovação do Relatório de Situação dos Recursos Hídricos 2015 – ano base 2014 e aprovação dos critérios de distribuição dos recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) para 2016.



## Diretorias Regionais do Ciesp

### DR Botucatu

Reunião da diretoria do Ciesp de Botucatu/SP, foram apresentados os trabalhos desenvolvidos na área ambiental para a diretoria e associados, bem como a importância da participação no Grupo de Meio Ambiente local.

### DR Alta Paulista

Na reunião da diretoria foi informada a aprovação pelo

CRH da cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Aguaapeí-Peixe (CBH-AP).

## Grupos de Meio Ambiente (GMA) do Ciesp

### DR Bauru

Em reunião do GMA foram apresentadas as ações sobre Mudança do Clima e as Indústrias para a COP-21. Na ocasião também se discutiu o Plano Municipal de Conservação do Cerrado e Mata Atlântica e o início da cobrança pelo uso de recursos hídricos, em 2016, na Bacia Hidrográfica do Tietê/Jacaré.



**DIGA NÃO**  
AO AUMENTO DE  
IMPOSTOS

**NAOVOPAGAROPATO.COM.BR**

## Legislação Ambiental

# Diplomas Legais recentes

## Federal

### **Lei nº 13.233, de 29 de dezembro de 2015**

Obriga, nas hipóteses que especifica, a veiculação de mensagem de advertência sobre o risco de escassez e de incentivo ao consumo moderado de água.

### **Lei nº 13.196, de 1º de dezembro de 2015**

Autoriza o Poder Executivo federal a atualizar monetariamente o valor dos preços dos serviços e produtos e da taxa estabelecidos pela Lei nº 6.938, de 31/8/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.

### **Decreto nº 8.629, de 30 de dezembro de 2015**

Altera o Decreto nº 7.217, de 21/6/2010, que regulamenta a Lei nº 11.445, de 5/1/2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico.

### **Resolução Normativa Aneel nº. 696, de 15 de dezembro de 2015**

Estabelece critérios para classificação, formulação do Plano de Segurança e realização da Revisão Periódica de Segurança em barragens fiscalizadas pela Aneel de acordo com o que determina a Lei nº 12.334, de 20/9/2010.

### **Resolução Conama nº. 473, de 11 de dezembro de 2015**

Prorroga os prazos previstos no §2º do art. 1º e inciso III do art. 5º da Resolução nº 428, de 17/12/2010, que dispõe no âmbito do licenciamento ambiental sobre a autorização do órgão responsável pela administração da Unidade de Conservação (UC), de que trata o § 3º do artigo 36º da Lei nº 9.985 de 18/7/2000, bem como sobre a ciência do órgão responsável pela administração da UC no caso de licenciamento ambiental de empreendimentos não sujeitos a EIA-RIMA.

### **Resolução conjunta ANA/DAEE/IGAM/INEA nº 1.382, de 7 de dezembro de 2015**

Dispõe sobre as condições de operação a serem observadas para o Sistema Hidráulico Paraíba do Sul, que compreende tanto os reservatórios localizados na bacia quanto as estruturas de transposição das águas do rio Paraíba do Sul para o Sistema Guandu.

### **Resolução Conama nº. 472, de 27 de novembro de 2015**

Dispõe sobre o uso de dispersantes químicos em incidentes de poluição por óleo no mar.

### **Portaria MMA nº. 372, de 3 de dezembro de 2015**

Institui o Grupo de Trabalho denominado GT TCFA com o objetivo de estabelecer critérios técnicos que permitam a edição de ato normativo que discipline os critérios e percentuais de repartição da receita proveniente da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA), entre o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), bem como

estabelecer diretrizes claras e objetivas para a definição das ações que estão abrangidas pelas atividades de fiscalização e controle.

### **Portaria MT nº. 375, de 3 de dezembro de 2015**

Constitui Grupo de Trabalho com o objetivo de apoiar as atividades necessárias à realização dos estudos ambientais relativos ao licenciamento ambiental das obras previstas no Programa de Concessões, cujas atividades estejam sob a responsabilidade da Empresa de Planejamento e Logística (EPL).

### **Portaria MMA nº. 370, de 2 de dezembro de 2015**

Estabelece a Estratégia Nacional para Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal (REDD+) do Brasil (ENREDD+).

### **Portaria da Secretaria de infraestrutura portuária nº. 525, de 18 de novembro de 2015**

Define os critérios mínimos para elaboração de Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA), conforme Portaria nº 338/2015.

### **Portaria Interministerial nº. 390, de 18 de novembro de 2015**

Institui o Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente (PNJMA).

### **Convênio ICMS nº 168, de 18 de dezembro de 2015**

Altera o Convênio ICMS nº 51/99, que autoriza os Estados do Mato Grosso e São Paulo a conceder isenção nas operações com embalagens de agrotóxicos usadas e lavadas, bem como nas respectivas prestações de serviços de transporte e exclui o Estado de Santa Catarina do Convênio ICMS nº 42/01 que concede isenção do ICMS nas operações com embalagem de agrotóxicos e respectivas tampas.

### **Projetos de lei (PL)**

**PLS nº. 794/2015** - Altera as Leis nº 6.938, de 31/8/1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e nº 7.347, de 24/7/1985, que disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico turístico e paisagístico, e dá outras providências, para definir dano ambiental e estabelecer a necessidade de indenização quanto aos impactos econômicos dele decorrentes.

**PLS nº. 770/2015** - Acrescenta § 4º à Lei nº 9.433, de 8/1/1997, para assegurar os recursos arrecadados sejam destinados a obras que tenham por finalidade a melhoria da quantidade e qualidade dos recursos hídricos da bacia hidrográfica.

**PL nº. 4.242/2015** - Dispõe sobre a impressão de informações sobre a preservação, reutilização e uso racional da água na contracapa dos livros didáticos adotados pelas escolas estaduais e municipais com a finalidade de combater a cultura do desperdício e estimular

a racionalização do consumo da água.

**PL nº. 4.226/2015** – Dispõe sobre a criação do Programa de Identificação, Cadastramento e Preservação de Nascentes de Água no âmbito nacional, através do Ministério do Meio Ambiente, com o escopo de melhor os recursos hídricos naturais.

**PL nº. 4.214/2015** – Dispõe sobre normas e diretrizes para a verificação da segurança de barragens de qualquer natureza e de depósitos de resíduos tóxicos industriais, objetivando evitar danos ambientais e tragédias humanas.

**PL nº. 4.210/2015** – Institui a obrigatoriedade do uso de torneira com temporizador de vazão, em todos os órgãos públicos, com o intuito de evitar o desperdício de água.

**PL nº. 4.203/2015** – Acrescenta parágrafo único ao art. 42 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3/10/1941, para dispor sobre a proibição de se ouvir som nos veículos em nível de pressão sonora superior a 80 decibéis, combatendo a poluição sonora, reconhecida como um dos maiores problemas ambientais e de saúde pública do mundo moderno.

**PL nº. 4.167/2015** – Acrescenta o inciso XIII, no art. 3º da Lei nº 9.394, de 20/12/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), para incluir como uns dos princípios da educação nacional, a consciência ecológica e ambiental, e o consumo responsável.

**PL nº. 4.136/2015** – Altera a lei nº 4.502, de 30/11/1964, isentando do IPI os produtos que compõem sistema de coleta, armazenamento e utilização de águas pluviais.

**PL nº. 4.133/2015** – Dispõe sobre a instalação de painéis solares fotovoltaicos nos hospitais da rede pública e particular em território nacional com o objetivo de reduzir gastos com o consumo de energia elétrica e danos ao meio ambiente.

**PL nº. 4.123/2015** – Dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação de projetos de arborização urbana em novos loteamentos ou parcelamentos.

**PL nº. 4.060/2015** – Dispõe sobre coleta, escoamento e aproveitamento da água proveniente do processo de condensação de aparelhos de ar condicionado.

**PL nº. 4.049/2015** – Acrescenta o inciso III, com as alíneas a, b e c; no art. 56 da Lei nº 9.605, de 12/2/1998, para tornar crime ambiental a comercialização de produtos acondicionados em embalagens PET, sem providenciar ponto de coleta e convênio com recicladores para correta destinação do produto.

**PL nº. 3.981/2015** – Aumenta a pena do crime de queimada, alterando a Lei nº 9.605, de 1998.

**PL nº. 3.940/2015** – Dispõe sobre a destinação final e a disposição final dos resíduos sólidos e rejeitos da mineração.

**PL nº. 3.849/2015** – Disciplina a coleta de resíduos sólidos nos edifícios residenciais e comerciais.

**PL nº. 3.829/2015** – Acresce dispositivo à Lei nº 6.938, de 31/8/1981, e dá outras providências, tratando da inclusão nos processos de licenciamento ambiental de atividades mineradoras de projetos de piscicultura como parte integrante do Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas.

**PL nº. 3.816/2015** – Altera a redação do artigo 75 da Lei nº 9.605, de 1998, que "Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para estabelecer novos valores mínimo e máximo da multa por infração administrativa.

**PL nº. 3.813/2015** – Obriga as empresas produtoras, distribuidoras e envasadoras de garrafas de tereftalato de polietileno (PET) ou plásticas em geral a desenvolver programas de reciclagem, reutilização ou reaproveitamento desses produtos.

## Estadual (SP)

### Lei nº. 16.048, de 10 de dezembro de 2015

Altera a Lei nº 12.684, de 26/7/2007, que proíbe o uso de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto.

### Decreto nº 61.792, de 11 de janeiro de 2016

Regulamenta o Programa de Regularização Ambiental (PRA) no Estado de São Paulo, instituído pela Lei 15.684, de 14/1/2015.

### Decreto nº 61.668, de 27 de novembro de 2015

Autoriza a Secretaria do Meio Ambiente a celebrar termos aditivos aos convênios celebrados nos termos do artigo 5º-A do Decreto nº 59.261/2013, acrescentado pelo Decreto nº 60.107/2014, que institui o Sistema de Cadastro Ambiental do Estado de São Paulo (Sicar-SP).

### Decreto nº 61.663, de 21 de novembro de 2015

Dá nova redação a dispositivos que especifica do Decreto nº 55.011/2009, que dispõe sobre a criação da Unidade de Gerenciamento para implementação do Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e Sistema de Mosaicos da Mata Atlântica.

### Resolução SMA nº. 106, de 23 de dezembro de 2015

Estabelece procedimento para regularização do plantio assumido por Associações Cadastradas no âmbito do Programa de Reposição Florestal do Estado de São Paulo instituído pela Lei nº 10.780, de 9/3/2001.

### Resolução SMA nº. 98, de 21 de dezembro de 2015

Constitui Grupo de Trabalho para desenvolver estudos e propor ações de proteção, conservação e desenvolvimento sustentável da Serra da Mantiqueira.

### Portaria DAEE nº. 3.907, de 15 de dezembro de 2015

Aprova os critérios e os procedimentos para a classificação, a implantação e a revisão periódica de segurança de barragens de acumulação de água de domínio do Estado de São Paulo, considerando o disposto na Lei Federal nº 12.334, de 20/9/2010.

**Deliberação Arsesp nº. 615, de 23 de dezembro de 2015**

Autoriza a extensão do período de vigência do Programa de Incentivo à Redução do Consumo de Água da Sabesp e atualização do consumo de referência a ser considerado para obtenção do bônus.

**Decisão Cetesb nº 315C, de 28 de dezembro de 2015**

Dispõe sobre procedimento relativo ao cálculo de preços do licenciamento estabelecido pelo Regulamento da Lei Estadual nº 997/76, aprovado pelo Decreto Estadual nº 8.468/76, e suas alterações.

**Programação 2016**

Veja abaixo eventos, reuniões e treinamentos previstos para esse ano e já se programe:

**Treinamentos CTF IBAMA**

Data	Local
04 de abril	Sede (Av. Paulista)
05 de abril	Bauru
07 de abril	Campinas
03 de maio	Marília
04 de maio	Distrital Sul
01 de junho	Mogi das Cruzes
02 de junho	Americana
05 de julho	Indaiatuba
07 de julho	Jaú
04 de agosto	São José do Rio Preto
01 de setembro	Cubatão
06 de outubro	Presidente Prudente

**Eventos**

**Março**

Seminário em Comemoração ao Dia Mundial da Água e 11º Prêmio de Conservação e Reuso de Água

**Junho**

18ª Semana de Meio Ambiente e 22º Prêmio Mérito Ambiental

**Outubro**

Consumo Sustentável

Acompanhe a programação desses e outros eventos de 2016 na Agenda do site da Fiesp: [www.fiesp.com.br](http://www.fiesp.com.br)

**Normas técnicas**

**ABNT - Consulta Nacional**

Projeto ABNT NBR 16457 - Logística reversa de medicamentos descartados pelo consumidor — Procedimento

Data limite: 12/02/2016

**Mantenha-se atualizado sobre a área ambiental**

O crescimento da conscientização ambiental, a velocidade de alterações das políticas públicas e as implicações dessas mudanças no cotidiano de empresas e consumidores aumentaram a demanda por informações qualificadas pertinentes ao setor ambiental.

Para receber o Informe Ambiental todos os meses e manter-se atualizado sobre os temas em discussão de interesse do setor industrial no Estado de São Paulo e no País, basta enviar uma mensagem para o endereço [cdma@fiesp.com](mailto:cdma@fiesp.com) com o título "Cadastro do Informe Ambiental".



